

REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA ENFERMAGEM NAS QUESTÕES ECOLÓGICAS¹

REFLECTION ON THE NURSES' PARTICIPATION IN THE ECOLOGICAL ISSUES

APUNTES SOBRE LA PARTICIPACIÓN DE LOS ENFERMEROS EN LAS CUESTIONES ECOLÓGICAS

Maria Celeste Soares Ribeiro *
Maria Rita Bertolozzi**

Ribeiro MCS, Bertolozzi MR. Reflexões sobre a participação da enfermagem nas questões ecológicas. Rev Esc Enferm USP 2002; 36(4): 300-8.

RESUMO

O artigo descreve alguns movimentos importantes que apoiaram a conformação do conceito sobre meio ambiente, os quais vieram a constituir, por fim, o palco atual, no qual a ecologia assume um significado diferenciado, na medida em que envolve a sustentabilidade do planeta. Aponta-se também, a forma como o tema tem sido tratado na produção científica da enfermagem, tanto em nível internacional como nacional, destacando-se que a temática, ainda que de forma incipiente, tem se apresentado cada vez mais freqüente nos Congressos Brasileiros de Enfermagem.

PALAVRAS -CHAVE: Meio ambiente. Ecologia. Enfermagem. ABSTRACT

This paper presents a synthesis of the main movements that has sustained the concept of environment, which finally has constituted the current stage of ecology that shows differentiated meaning nowadays, as it involves the sustainability of the planet. Moreover, it presents how the theme has been considered in the nursing scientific production, at international and national level, pointing out that concerns regarding environmental issues have been growing steadily within many Brazilian nursing conferences.

KEYWORDS: Environment. Ecology. Nursing.

RESUMEN

Este artículo presenta algunos hechos importantes que contribuyeron para la conformación de un nuevo significado de la ecología, actualmente directamente relacionado a la sustentabilidad del planeta. Apunta, además, la manera como el tema ha sido tratado en la producción científica de la enfermería, nacional e internacional, subrayando que la cuestión se ha presentado cada vez con mayor frecuencia, en los Congresos Brasileños de Enfermería.

PALABRAS-CLAVE: Medio ambiente. Ecología. Enfermería.

¹ Este estudo faz parte da Dissertação de Mestrado intitulada "O trabalho do enfermeiro na vigilância sanitária: a necessidade de incorporar a consciência ecológica para reordenar a prática", 2000, EEUSP.

* Docente da FASM - Faculdade Santa Marcelina e enfermeira da Prefeitura Municipal de São Paulo, Mestre em Enfermagem em Saúde Coletiva. E-mail: celderman@uol.com.br

** Docente da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Doutora em Saúde Pública. E-mail: mrbertol@usp.br •

INTRODUÇÃO

A enfermagem, no seu cotidiano de trabalho, parece ainda não ter incorporado a temática ecológica como uma importante questão a ser levada em conta, restringindo as práticas à assistência às "vítimas" de alterações ambientais. Pelo fato de que a questão ecológica tem assumido um relevo importante, principalmente a partir da última década, já que diz respeito à possibilidade de desfrutar de vida saudável, na atualidade e para as gerações futuras, constituiu-se no motivo preponderante da realização do presente trabalho. Além disso, o meio ambiente está diretamente relacionado ao processo saúde-doença e desta forma, os trabalhadores da saúde, dentre eles a enfermagem, devem integrar essa dimensão em suas práticas. Dado que a enfermagem é responsável pela maior parte da prestação da assistência no Brasil, foi realizada revisão na literatura de enfermagem para verificar como a temática ambiental tem se colocado em seu âmbito de práticas.

A QUESTÃO AMBIENTAL : ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

Da noção antiga de "proteção da natureza", incorporada tradicionalmente por certas instituições, como as sociedades de proteção aos animais, a defesa do meio ambiente evoluiu para o "ecologismo", movimento que surgiu principalmente das "...agitações estudantis de 1968, nos Estados Unidos e na Europa"(. Esse movimento partia da interpretação de que o cuidado em relação ao meio ambiente está relacionado à organização da sociedade e à forma como o ser humano se apropria da natureza, causando efeitos deletérios, como a poluição, a energia nuclear e o consumo desenfreado. As discussões e lutas que se seguiram a esse processo contestatório de 1968 resultaram na transformação das ações dos ecologistas em força política. Assim, em alguns países, os ecologistas passaram a compor o "staff" governamental, como na França, com a criação do Ministério do Meio Ambiente, ou a constituir partidos políticos e organizações que questionavam a forma de tratamento das questões ambientais⁽¹⁾

A literatura aponta o I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza, em Paris, no ano de 1923, como "...a verdadeira certidão de nascimento do movimento de institucionalização" do ecologismo⁽²⁾ Deste, decorreu a instalação de uma "agência internacional para a proteção da natureza", com sede em Bruxelas. Em 1948, a UNESCO e o governo francês patrocinaram uma conferência internacional para a criação da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos (UICN), que publicou estudos sobre a proteção da natureza em pelo menos 70 países. Somente em 1968, a Organização das Nações Unidas (ONU) começou a

ocupar-se dos problemas ambientais na "Conferência intergovernamental de peritos sobre as bases científicas da utilização racional e da conservação dos recursos da biosfera", organizada pela UNESCO, em Paris ⁽²⁾. Quatro anos depois, em Estocolmo, a ONU promoveu a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente Humano, onde foi apresentada a proposta de "crescimento zero" pelo Clube de Roma, como forma de se evitar uma "catástrofe ambiental mundial" ⁽³⁾. Essa proposta pautava-se na necessidade de interromper o crescimento econômico nos países para por fim à degradação ambiental.

Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), com o objetivo de estudar a situação de degradação ambiental e propor formas para compatibilizar a exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico. Um dos produtos dessa Comissão foi a proposição do conceito de desenvolvimento sustentável, definido como uma modalidade de desenvolvimento sem degradação do meio ambiente, o qual deve suprir as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as gerações futuras.

A mundialização da preocupação com os problemas ambientais foi favorecida pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, após a Segunda Guerra Mundial e "...pela tomada de consciência, pelo público, de uma internacionalização objetiva de todas as grandes questões do momento: uma guerra mundial acabava de terminar, a guerra fria desenvolvia-se em escala planetária e os armamentos termonucleares nascentes representavam uma ameaça que punha em perigo a espécie humana."

Para Viola⁽⁴⁾, a mundialização do movimento ambientalista deve-se à demanda por qualidade de vida por parte das "camadas mais educadas", sendo a proteção ambiental parte das condições necessárias para alcançá-la. Assim, a partir da década de 80, os riscos ambientais globais começam a ser percebidos como fatores que alteram a qualidade de vida, não se restringindo aos grupos sociais de menor poder aquisitivo, o que impulsionou alguns setores sociais, com maior poder de consumo, a propor ações de controle.

No Brasil, a primeira associação ambientalista que envolveu a sociedade civil foi a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural — AGAPAN, liderada por José Lutzenberger, que apontava, como uma de suas prioridades, a luta contra os agrotóxicos e a "...luta pela salvação da humanidade da destruição, promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica". À esta luta seguiram-se outros movimentos e associações de cunho ambientalista, como o movimento contra a construção de usinas nucleares, a Associação Brasileira de

Engenharia Sanitária, o movimento contra a degradação ambiental de Cubatão, a Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte, entre outros, somando-se, em 1985, cerca de 400 grupos ambientalistas, que se concentravam nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul⁽⁴⁾.

Por outro lado, há autores que consideram que o movimento ecológico brasileiro originou-se no interior do próprio Estado, através da criação de "...instituições para gerir o meio ambiente..."^(b), em função de exigências de empresas multinacionais para investir no país, além de constituir-se em projeto que integrava o retorno dos exilados políticos com a anistia no final dos anos 70. Segundo Gonçalves⁽⁵⁾, as multinacionais recebiam pressões de movimentos ambientalistas nos seus países de origem e, por isto, exigiam medidas relativas à preservação ambiental nos países onde se implantavam, como por exemplo, a demarcação das terras indígenas, sendo condição para empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Numa outra perspectiva, alguns movimentos ambientalistas brasileiros aproximaram sua temática, que originalmente referia-se às questões que se restringiam ao ambiente físico, às necessidades e problemas dos setores sociais marginalizados, unindo temas como a degradação ambiental e a ausência de políticas públicas nas áreas de água e esgoto, pobreza e reforma agrária. Como exemplo deste último, pode-se verificar o movimento dos seringueiros liderados por Chico Mendes, no Acre, que advogava que "...a militância ecológica não pode divorciar-se da luta social"⁽⁶⁾, entendendo que os problemas relativos à destruição da floresta amazônica, relacionavam-se à ausência de reforma agrária e à ociosidade dos grandes latifúndios. Seu engajamento político resultou no seu assassinato em 1988, fato que teve repercussões de âmbito internacional.

Também contribuiu para a discussão ambiental na sociedade brasileira, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como ECO-92, ocorrida no Rio de Janeiro, a qual teve como um dos resultados, a elaboração de documento denominado Agenda 21, que se constitui num programa de ação, ainda que sob o formato de recomendações, para ser colocado em prática pelos 172 países signatários⁽⁷⁾. Essa Conferência "...destacou as repercussões gerais da deterioração contínua do meio ambiente e suas conseqüências para a saúde da população mundial, particularmente nos grandes centros urbanos⁽⁸⁾. Embora o debate tenha sido intenso e tenham sido assinados vários protocolos de intenções, estabelecendo-se princípios como, por exemplo, o de que "...os seres humanos são o centro da preocupação do desenvolvimento sustentável; têm

o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza..."⁽⁷⁾, muitas críticas foram feitas à organização e deliberações da ECO-92. Grandes empresas que degradam o meio ambiente, como as indústrias químicas, automobilísticas e petrolíferas, ajudaram a custear o evento e isto certamente amenizou as críticas que a Conferência deveria ter feito às suas atividades econômicas⁽⁶⁾.

Na Constituição Brasileira de 1988, o artigo que trata da questão ambiental é claro quanto à esfera da responsabilidade relativa à conservação do meio ambiente: "do poder público e da coletividade". Também nos capítulos que tratam especificamente da área da saúde, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), encontra-se como uma de suas atribuições "...colaborar na proteção do meio ambiente" - art. 200, inciso VIII⁽⁹⁾. Uma das leis que regulamentam o SUS, a Lei 8080/90, ao fazer menção aos fatores que determinam e/ou condicionam a saúde, aí inclui o meio ambiente - art. 2º, parágrafo 3º⁽¹⁰⁾.

DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

Diegues⁽¹⁾ aponta algumas distinções entre o que denomina como "escolas do pensamento ecológico", afirmando que tratam de distintos entendimentos sobre a relação homem/natureza. Essas diferentes interpretações constituem *as bases* sobre *as quais* operam os movimentos em defesa do meio ambiente. Dentre elas, destaca: a ecologia profunda, a ecologia social e o eco-socialismo/marxismo. Nas palavras desse autor, a ecologia profunda tem como princípio, os "...valores intrínsecos da vida humana e não humana", sendo incompatíveis o crescimento da população humana com a "vida não humana". Na ecologia social, os seres humanos são considerados "...não como uma espécie diferenciada (...) mas constituída de grupos diferentes como: pobres e ricos; brancos e negros; jovens e velhos". Critica-se a noção de Estado e a hierarquização da sociedade, propondo-se uma sociedade democrática, descentralizada e baseada na propriedade comunal da produção e apontam-se as sociedades primitivas como modelo ideal para uma nova sociedade. E, finalmente, para o eco-socialismo/marxismo, "...o homem produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo seu produto (...); a natureza [é] parte de nossa história (...) é sempre histórica; a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza (...) [a sociedade] é ao mesmo tempo parte e criação da natureza"⁽¹⁾. Os ecomarxistas encerram a ecologia no âmbito econômico, social e político.

Segundo Salum⁽¹¹⁾, o pensamento ambientalista pode ser classificado como: o ecologismo fundamentalista, o ecologismo realista, o ecossocialismo, que corresponderiam, respectivamente, à ecologia profunda, à ecologia social e ao eco-socialismo/

marxismo, nos termos de Diegues⁽¹⁾ e o ecocapitalismo. Neste último, atribui-se ao Estado o papel de "guardião ecológico da sociedade", ao disciplinar a sociedade de mercado e a propriedade privada na conservação do ambiente, o que se apresenta consoante à lógica do "desenvolvimento sustentável" da ONU.

No que se refere à forma como o setor saúde vem tratando a questão ambiental, mas restringindo-se a abordagem à enfermagem, veja-se a seguir como essa categoria tem assumido a temática em suas práticas de trabalho.

A ENFERMAGEM E A QUESTÃO AMBIENTAL

Florence Nightingale, fundadora da enfermagem moderna, no seu livro "*Notes on nursing*", escrito em 1859, apresenta uma série de observações sobre a importância do ambiente adequado à prevenção de enfermidades, ao tratamento de doentes, e ainda em relação à sua recuperação. Destaca a relevância do arejamento e do aquecimento do ar interior, a ausência de ruídos, a iluminação, a higiene do piso, parede, mobiliário, roupas e objetos⁽¹²⁾. Em relação à prevenção de doenças, a autora considera necessário que se garanta a higiene das habitações em relação ao ar, água, rede de esgoto, limpeza e iluminação. Portanto, o cuidado com o ambiente, para Nightingale, tem base na corrente Higienista e o conceito de ambiente restringe-se ao espaço físico que alberga o doente e/ou a família.

Quase 150 anos se passaram, desde os escritos de Nightingale e o conceito de ambiente, nos trabalhos da enfermagem, quase não mudou. Esse conceito, em geral, se restringe ao ambiente hospitalar, ao tratar de resíduos gerados pelos serviços; ou relacionando-se o meio ambiente aos riscos à saúde do trabalhador; ou ainda em relação à comunidade. Encontrou-se também, alguns trabalhos que fazem menção à relação ambiente e formação profissional e um deles que procede a uma abordagem teórica sobre a questão. Mas, o que parece ser comum à produção científica consultada é que cabe à enfermagem amenizar e prevenir o ambiente da ocorrência de novas alterações, mas não se discute, via de regra, os determinantes da degradação ambiental.

Iniciando-se pela revisão bibliográfica internacional, em relação à abordagem de questões relativas ao **meio ambiente na formação profissional**, um estudo⁽¹³⁾, realizado nos Estados Unidos da América (EUA), aponta que a formação de enfermeiras em saúde comunitária, nesse país, não ensina a metodologia necessária para se conhecer e detectar alterações de saúde decorrentes das mudanças do meio ambiente provocadas por contaminação química. Tiedje & Wood⁽¹⁴⁾ analisam a evolução do conceito de meio ambiente em textos de enfermagem publicados durante as últimas décadas, concluindo que

está ocorrendo uma modificação do enfoque restrito ao aspecto biológico, relacionado ao saneamento básico, para aspectos que incluem os poluentes físicos e químicos. As autoras apresentam um trabalho de sensibilização para as questões ambientais, realizado com estudantes de enfermagem, no qual constatam que, apesar dos alunos mostrarem-se preocupados com o meio ambiente, não assumem atitudes favoráveis à sua conservação. Ainda nos EUA, estudaram-se os programas de formação de enfermeiras atuantes na área de cuidados primários de saúde, com a finalidade de identificar os conteúdos sobre meio ambiente e saúde, concluindo-se sobre a limitada atenção à saúde ambiental, devido à extensão dos currículos e à falta de preparo do corpo docente sobre o assunto⁽¹⁵⁾

Verificou-se ainda, na revisão realizada, a presença de trabalhos que discutem o papel da enfermagem e sua relação com o meio ambiente, apresentando-se uma proposta que incorpora a temática e formas de apoio ao ensino para estudantes de enfermagem⁽¹⁶⁻¹⁷⁾, com destaque para aspectos: conceitos básicos de saúde ambiental; diagnóstico de enfermagem na perspectiva da história de exposição ambiental e ocupacional; doenças decorrentes de alterações ambientais; impactos ambientais na saúde mental; ética e legislação; vigilância de riscos ambientais, entre outros. Como atividades que auxiliam o ensino de saúde ambiental na enfermagem, são propostas revisões bibliográficas em jornais e periódicos, discussões sobre problemas ambientais globais e locais, enfatizando-se o papel do enfermeiro e o desenvolvimento de metodologias para a avaliação de riscos ambientais. As autoras ressaltam a importância do ensino da legislação ambiental e dos recursos disponíveis para tratar de questões ambientais, como as agências estatais de proteção ambiental e também o papel do setor privado. Ressaltam ainda a necessidade dos alunos compreenderem que a questão ambiental tem repercussões mundiais, destacando-se a perda da biodiversidade, as mudanças climáticas, a destruição de florestas e a pobreza.

No que diz respeito aos estudos que colocam o **meio ambiente relacionado aos resíduos gerados** por instituições de saúde identificou-se uma publicação chilena⁽¹⁸⁾ que apresenta entrevista realizada com enfermeiras que atuam num hospital em Santiago. Segundo estas, a preocupação em relação aos resíduos, mobilizou um grupo de enfermeiras que passaram a separar os resíduos hospitalares em diferentes recipientes, com vistas à sua reciclagem.

Ainda nessa perspectiva, outra autora⁽¹⁹⁾ considera que as enfermeiras devem envolver-se na proteção ao meio ambiente, através da seleção de produtos utilizados na assistência à saúde, avaliando os mais apropriados em função da necessidade e dos danos que podem causar. A autora ressalta que as

enfermeiras devem incorporar a dimensão ambiental na assistência e na administração de serviços de enfermagem, destacando os procedimentos que aumentam a geração de resíduos hospitalares e propondo formas de reduzi-los. Enfatiza que o ambiente hospitalar se constitui, simultaneamente, em local que deve promover a cura e que não cause danos aos seus trabalhadores. Propõe que as enfermeiras "pensem globalmente e ajam localmente" em relação à questão ambiental, sendo este "local", o hospital.

Nessa mesma linha, outro estudo ⁽²⁰⁾ propõe um programa de gerenciamento de lixo hospitalar, também destacando a necessidade de redução do volume de resíduos gerados nas práticas de saúde. As autoras ressaltam a importância da conscientização dos profissionais da enfermagem e da medicina sobre o impacto dos resíduos no ambiente e deste sobre a saúde da população. É interessante o relato de uma enfermeira ⁽²¹⁾ que aponta que sua preocupação em relação à questão ambiental iniciou-se por ocasião do conhecimento sobre a quantidade de resíduos produzidos no cuidado de um paciente oncológico (cerca de 13 quilos/dia).

Em relação ao **envolvimento da comunidade nas questões relacionadas ao ambiente**, um trabalho realizado em Chattanooga, Tennessee, nos EUA, apresenta uma discussão sobre o papel das enfermeiras de saúde pública na proteção das comunidades, em relação aos riscos de contaminação ambiental, destacando a importância da educação em saúde e da integração entre o governo, os profissionais de saúde e os membros da comunidade na identificação desses riscos. Relata ainda que foi desenvolvido um projeto educativo que resultou na inclusão da região na lista de prioridades nacionais da *Environmental Protection Agency (EPA)*, para a destinação de recursos com vistas à resolução dos problemas ambientais⁽²²⁾. Na mesma linha, Edmondson & Williamson⁽²³⁾ desenvolveram um programa de educação ambiental em conjunto com agências de proteção ao ambiente, para habilitar enfermeiras no trabalho junto à comunidade, em especial junto às populações expostas a "resíduos perigosos", enfatizando a necessidade de enfocar a cidadania nessas ações.

Quanta à **saúde ocupacional e sua interface com o meio ambiente**, alguns autores⁽²⁴⁾ reportam-se ao trabalho desenvolvido pela Associação de Enfermeiros em Saúde Ocupacional dos Estados Unidos, na promoção da integração da saúde ambiental na prática de enfermeiras do trabalho e destacam que os riscos à saúde, decorrentes dos processos de trabalho, ultrapassam o local onde ocorrem e atingem a comunidade, sendo necessária a atuação dessas profissionais junto à população para a identificação de riscos ambientais. Um outro estudo discute o risco ambiental na perspectiva do risco da

inalação de anestésicos em sala cirúrgica pelos trabalhadores desse setor⁽²⁵⁾. Outro estudo destaca a poluição do ar em decorrência do uso de desinfetantes pelos profissionais da saúde⁽²⁶⁾.

Numa linha que amplia esse entendimento, em 1990, o Conselho Internacional de Enfermeiras - CIE, elaborou um documento, por ocasião do Dia Internacional da Enfermeira⁽²⁷⁾, que ressalta o "papel da enfermagem" na promoção da saúde através da conservação do meio ambiente. Consideram-se como "papéis" das enfermeiras e de suas associações, entre outros: contribuir para a conscientização da população sobre os riscos ambientais e as conseqüências dos danos ambientais para a saúde; promover cursos sobre saúde e meio ambiente; incentivar a inclusão de questões relativas ao meio ambiente nos cursos de enfermagem; promover atividades multidisciplinares sobre o meio ambiente aos alunos de enfermagem; mobilizar a comunidade para que conheça e elimine os riscos relacionados ao uso de contaminantes químicos e para que se utilize de materiais que não contaminem o ambiente.

O documento propõe ainda, medidas específicas relacionadas à potabilidade da água, à produção de alimentos e à utilização de fontes alternativas de energia como a solar ou a eólica. Recomenda também o controle da natalidade e considera atividades relacionadas à segurança dos ambientes de trabalho, propondo que as enfermeiras lutem pela ratificação das Convenções 149 e 161 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, por tratarem de resoluções relativas às condições de trabalho do pessoal de enfermagem e dos trabalhadores em geral, defendendo a identificação de riscos e a realização de pesquisas na área da saúde e segurança no trabalho, bem como o desenvolvimento de cursos de especialização de enfermagem na área de saúde do trabalho e meio ambiente. Por fim, o documento cita as atividades relacionadas ao preparo dos trabalhadores de enfermagem em caso de desastres, como inundações, envenenamentos e vazamento de gases tóxicos.

De certa forma, essas atividades propostas pelo CIE, constituem um avanço, considerando a ausência de trabalhos e recomendações na área de saúde ambiental e enfermagem. Por outro lado, não há dúvida que são atividades de caráter focal, que não propõem a reflexão sobre as condições político-econômicas que geram os problemas ambientais, imputando-se, via de regra, o controle do meio ao indivíduo ou às comunidades. A inclusão da recomendação de controle da natalidade, dentro desta temática, vai ao encontro da opinião de alguns ambientalistas, que consideram essencial a redução da população para a solução dos problemas ecológicos.

Vale apontar que se identificou uma publicação bastante interessante que trata do **referencial teórico** utilizado pelas enfermeiras na incorporação das práticas sobre o meio ambiente ⁽²⁸⁾. Discute-se, assim, o que se denomina de paradigmas da questão ambiental: o egocêntrico, o homocêntrico e o ecocêntrico, advogando-se que a enfermagem primeiramente aderiu ao primeiro, pautado no princípio de que "o que é melhor para o indivíduo é melhor para a sociedade" e, em menor grau, ao segundo, que considera que "as decisões são tomadas com base no bem comum, que é o bem maior para o maior número de pessoas". A autora afirma que, atualmente, inicia-se uma mudança em direção ao paradigma ecocêntrico, que considera o meio ambiente como totalidade, "como algo vivo", recomendando que as enfermeiras adotem este paradigma.

Ainda nessa linha, a preocupação das enfermeiras com o meio ambiente, destacada em um dos estudos ⁽²³⁾, reflete a substituição do pensamento moderno pelo pós-moderno. O artigo parte do enfoque do mundo natural, discutindo os danos causados em nome do progresso humano, afirmando que algumas enfermeiras estão efetuando um modo "pós-moderno" (grifo nosso) de agir em relação ao ambiente, pois se preocupam em rever suas práticas e colaborar com a conservação do ambiente e com o futuro da humanidade ⁽²⁸⁾.

Um artigo australiano destaca a "enfermagem *eco-wellness*" como uma forma de ir além das soluções positivistas incorporadas tradicionalmente pela enfermagem, orientando as práticas na vertente da práxis ecocêntrica. Para o autor, esta mudança de modelo exige uma revisão nos papéis, atitudes, contexto e ações da enfermagem, sendo que a atuação da enfermagem nessa vertente busca "educar" a população no sentido de possibilitar um futuro sustentável⁽³⁰⁾

Ora, esses referenciais teóricos, anteriormente apontados, em geral, valem-se da "ecologia profunda", ou seja, do pensamento ecológico que considera o homem uma espécie como outra qualquer. Nessa linha, a natureza apresenta-se como contemplativa, intocável, e não como parte da história humana, na qual o ser humano deve intervir para sobreviver. Apresentam-se também como referenciais que não discutem as alterações ambientais como decorrentes de um dado modo de produção.

No que diz respeito à literatura nacional evidenciou-se escassa produção científica. No início da década de 90, Takayanagui ⁽³¹⁾ discutia a questão do meio ambiente a partir da noção de "consciência ecológica" dos trabalhadores da saúde e seus reflexos na própria saúde e na saúde do meio ambiente, concluindo que "...ter consciência ecológica está diretamente ligado a uma postura de preservação e decididos para com o meio em que se vive (...) não

significa simplesmente mudar o comportamento diante das situações ambientais no trabalho (...) e sim, antes, mudar o nosso modo de pensar e de sentir essas situações, de forma a conviver em equilíbrio com o meio físico", recomendando aos profissionais da saúde a adoção de "...atitude condizente com uma consciência ecológica".

É da mesma autora uma investigação realizada com trabalhadores da saúde, objetivando a sua conscientização no gerenciamento dos resíduos sólidos dos serviços que prestam atendimento à saúde, na cidade de Ribeirão Preto-SP⁽³²⁾. Para tanto, utilizou um método de educação conscientizadora para "...facilitar (...) adquirirem uma consciência ecológica crítica, capaz de torná-los agentes de mudança, interferindo positivamente nas questões dos resíduos sólidos" ⁽³²⁾.

Um outro estudo ⁽³³⁾, realizado junto à equipe de enfermagem de três hospitais privados no Município de São Paulo, sobre a manipulação de resíduos sólidos de serviços de saúde (RSS), revelou que os sujeitos do estudo consideravam que a manipulação ou o destino inadequado desses resíduos causava danos ambientais ou riscos à saúde, em virtude da possibilidade de serem utilizados por catadores de lixo ou ainda pela possibilidade de multiplicação de microorganismos no ambiente. A autora conclui o trabalho afirmando que "...a manipulação e disposição adequada dos RSS podem contribuir efetivamente para a melhoria da saúde humana e preservação do meio ambiente..." e recomenda que se realizem treinamentos com todos os profissionais que manipulam esse tipo de resíduo, pois a "...ação educativa (...) conscientiza estes [profissionais] ... da contribuição de todos para a segurança da saúde pública e ambiental." ⁽³³⁾.

É interessante apontar que a tarefa de proceder à revisão bibliográfica sobre a temática em questão permitiu verificar, grosso modo, que é no âmbito da literatura nacional que se apresentam interpretações mais progressistas, que evidenciam conceitos mais ampliados sobre o meio ambiente, que vão além do caráter estritamente físico, e que envolvem a participação da comunidade ou mesmo como o *locus* que abriga condições para superar as desigualdades sociais ⁽³⁴⁾. Ainda assim, verificou-se uma abordagem que merece ser apontada, que se refere à Teoria Sistêmico-Ecológica de Enfermagem⁽³⁵⁾, que está assentada no conceito de "Homem Sistêmico e Cibernético". Para Paim⁽³⁵⁾ essa teoria valoriza "...as relações ecológicas no que se refere ao seu estado de equilíbrio, homeostasia (saúde), mas também na gênese dos processos patológicos, com fundamento na teoria da multicausalidade"⁽³⁵⁾. Portanto, a Teoria apresenta o ambiente, no processo de cuidar, como "um fator a mais" da rede de multicausalidade, como de fato, se apresenta a questão na maior parte da

produção na área da enfermagem, inclusive quando aborda a temática relativa à saúde-doença. Há que se apontar que, ainda que se vislumbre a abordagem na produção da enfermagem brasileira como mais "progressista", ainda carece de uma ampliação que leve em conta a estruturação da sociedade e seu respectivo modo de produção e de reprodução social, uma vez que a apropriação da natureza está diretamente vinculada a uma determinada forma de produção social.

Veja-se agora como a questão ambiental tem se apresentado nos Congressos Brasileiros de Enfermagem (CBEn), promovidos pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn). Tendo por base um estudo retrospectivo de um grupo de autores ⁽³⁶⁾, verificou-se que apenas o 46° CBEn tratou da temática. Esse Congresso teve como tema oficial "Enfermagem - compromisso com a vida: o homem, a sociedade e a natureza: o exercício da cidadania na perspectiva de uma nova ética". Dois subtemas se relacionavam ao assunto: "Enfrentamentos na prática profissional" e "O processo de viver e ser saudável". No primeiro, o engenheiro José Lutzenberger apresentou Conferência sobre as origens do problema ecológico, sendo curioso notar a forma como iniciou a sua apresentação: "A sala tão vazia quando pretendemos tratar de um assunto de tão grande importância para o mundo em que vivemos hoje" ⁽³⁷⁾, o que pode ser sugestivo da importância conferida à questão pelos enfermeiros presentes no evento. O segundo subtema versou sobre destino e tratamento de resíduos sólidos, de origem industrial ou não e sobre tratamentos alternativos com fitozooterapia.

No 50° CBEn, realizado em 1998, o tema meio ambiente pôde ser verificado na apresentação de estudos sobre resíduos de serviços de saúde, em intervenções em saúde pública e também nas áreas de saúde do trabalhador e de ensino. Quanto aos resíduos de serviços de saúde, um estudo apresentado evidencia a preocupação dos profissionais de saúde em relação à sua proteção individual, sendo que a autora destaca a necessidade do desenvolvimento de uma consciência crítica no que se refere à poluição ambiental, devendo tal processo ser iniciado ainda durante a universidade ⁽³⁸⁾ Em relação às intervenções na comunidade, apresentou-se um trabalho desenvolvido junto à população que sobrevive do lixo num determinado município, em que se detectaram patologias conseqüentes à situação ambiental encontrada ⁽³⁹⁾. Em relação à saúde do trabalhador, apenas um trabalho referia-se à saúde ambiental, ainda que na perspectiva do risco oferecido aos trabalhadores, tratando do problema da contaminação de horticultores com praguicidas organofosforados⁽⁴⁰⁾. Em relação ao ensino do tema ambiente na enfermagem, apresentou-se um estudo desenvolvido com estudantes, em relação à gestão ambiental, no qual constatam a sua participação no equacionamento dos problemas

relativos ao sistema de limpeza urbana ⁽⁴¹⁾. Ressalta-se ainda que uma autora apresentou reflexões sobre o cuidar, com base em estudo bibliográfico de textos sobre história da saúde humana, no qual aponta a relação entre o cuidar e a natureza e conclui pela necessidade de um "cuidar etnoecológico" ⁽⁴²⁾.

No 51° Congresso, em 1999, evidencia-se maior número de trabalhos enfocando o ambiente. Embora os trabalhos sobre manipulação ou gerenciamento de serviços de saúde tenham se restringido, em geral, aos aspectos da saúde ocupacional, alguns podem ser destacados, como os trabalhos que abordaram a temática resíduos dos serviços de saúde e ambiente, numa perspectiva que inclui a preocupação com a sua conservação⁽⁴³⁻⁴⁴⁾ Em outra linha, um estudo correlacionou o processo de urbanização da cidade de Manaus - AM, à degradação ambiental, tendo em vista as influências exercidas sobre os ecossistemas locais, apontando que tal degradação afeta a saúde humana ⁽⁴⁵⁾. Também se apresentaram trabalhos sobre contaminação por agrotóxicos, que consideravam a exposição de agricultores a agrotóxicos organoclorados e suas conseqüências, como um problema de saúde pública ⁽⁴⁶⁾ A temática saúde ambiental e ensino de enfermagem também foi abordada em um estudo que apresentou um exemplo de inserção da temática na graduação em enfermagem, possibilitando aos alunos o conhecimento da realidade ambiental das populações que residiam na área de abrangência de uma determinada unidade de saúde ⁽⁴⁷⁾.

Dois trabalhos ainda podem ser destacados no referido Congresso, por tratarem da questão ambiental, a partir de referenciais teóricos das correntes do pensamento ecológico. Um destes estudos apontava a ecologia profunda como referencial no "qual a enfermagem deve apoiar-se para o desenvolvimento pessoal e profissional da equipe" ⁽⁴⁸⁾. O outro estudo enfocava, com base no ecossocialismo, as alterações ambientais em decorrência do modo de produção capitalista, apontando que a atuação do enfermeiro nos seus diferentes processos de trabalho deve ser permeada pela consciência ecológica, buscando a adoção de estratégias que impactem positivamente sobre o ambiente ⁽⁴⁹⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica a respeito da questão meio ambiente e enfermagem revelou, de modo geral, que a preocupação das enfermeiras se localiza, principalmente, em relação à reprodução de resíduos e conseqüente contaminação ambiental e é fato que isto tem resultado em algumas propostas de ação, conforme apontado nos artigos destacados neste texto. Entre essas propostas, pode se ressaltar: a triagem e a reciclagem de resíduos nos serviços de saúde; o gerenciamento do lixo hospitalar, tendo como diretriz

a redução do volume gerado; assim como a reformulação de técnicas e condutas de enfermagem para reduzir a quantidade de material utilizado. Alguns destes estudos destacam a necessidade premente da sensibilização dos profissionais quanto às alterações ambientais, objetivando o desenvolvimento de uma consciência ecológica.

Quando a questão relativa ao meio ambiente aparece articulada à saúde ocupacional, verifica-se que a maior parte dos autores preocupa-se com a poluição ambiental, estritamente no que se refere à exposição dos trabalhadores da equipe de enfermagem. Poucos destacam o problema da emissão de poluentes que atinge a maior parte da população. Mas, o envolvimento da comunidade para a resolução de problemas ambientais, assim como a divulgação dos potenciais riscos advindos da degradação ambiental também se mostrou presente em alguns estudos analisados.

Um último comentário deve ser feito em relação ao referencial utilizado para a discussão das questões ambientais. Grande parte dos artigos visualizam os problemas ambientais nos seus aspectos locais, não os relacionando aos processos de produção e consumo, fato que pode impedir a percepção do risco à sustentabilidade da vida no planeta, além de diluir a responsabilidade sobre a apropriação desigual dos recursos ambientais entre pobres e ricos. Não custa lembrar que as classes desfavorecidas, além de mais expostas à contaminação e poluição ambiental, possuem menos recursos para a prevenção e recuperação da saúde quando sofrem danos decorrentes das alterações ambientais. Vale lembrar ainda que é no âmbito das classes mais abastadas, que têm acesso ao consumo, que se produz a maior quantidade de resíduos e é no interior das grandes empresas que se usufrui desenfreadamente da natureza, exaurindo-a agressivamente no que se refere ao uso dos recursos naturais.

Assim, tratar da questão relativa ao meio ambiente assume uma relevância fundamental na atualidade, principalmente para os trabalhadores de saúde e, dentre eles os que integram a força de trabalho da enfermagem, pois a vida saudável depende intrinsecamente de um planeta saudável. Assim, coloca-se a necessidade de que os trabalhadores de enfermagem compreendam a determinação dos processos de deterioração ambiental, buscando com isso, através de práticas emancipatórias, envolver os usuários dos serviços de saúde, assim como alunos de graduação num movimento comum de abrangência mundial de conservação da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Diegues AC. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec; 1996.
- (2) Acot P História da ecologia. Trad. de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Campus; 1990.
- (3) Herculano SC. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: Goldenberg M, coordenador. Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan; 1992. p.9-48.
- (4) Viola EJ. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: Goldenberg M, coordenador. Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan; 1992. p.49-75.
- (5) Gonçalves CWP. Os (des)caminhos do meio ambiente. 5^ª ed. São Paulo: Contexto; 1996.
- (6) Galeano E. Cinco grandes mentiras em torno a la ecologia. In: Cantor RV, organizador. Marx y el siglo XXI: hacia un marxismo ecologico y critico del progreso. Bogotá: Santafe de Bogota; 1998. p.558-65.
- (7) Sachs I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel; 1993.
- (8) Organización Panamericana de la Salud. Nuestro planeta, nuestra salud: Informe de la Comision de Salud y Medio Ambiente de la OMS. Washington; 1993. (OPAS-Publicación científica, 544).
- (9) Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília, Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.
- (10) Brasil. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. In: Gouveia R. Saúde pública, suprema lei: a nova legislação para a conquista da saúde. São Paulo: Mandacaru; 2000. p. 200-20.
- (11) Salum CAL. Como viver no planeta azul. In: Garcia EB, Silvestre Neto D. Ecologia: a qualidade da vida. São Paulo: SESC; 1993. p.15-39.
- (12) Nightingale F. Notas sobre a enfermagem: o que é e o que não é. Trad. de Amália Correa de Carvalho. São Paulo: Cortez; 1989.
- (13) Neuffer L. The role of the community health nurse in environmental health. Public Health Nurs 1994; 11:155-62.
- (14) Tiedje LB, Wood J. Sensitizing nurses for a changing environmental health role. Public Health Nurs 1995; 12:359-65.
- (15) Bellack JP, Musham C, Hainer A, Graber DR, Holmes D. Environmental health competencies: a survey of U.S. nurse practitioner programs. Carlestone, USA. J Nurs Educ 1996; 35:74-81.
- (16) Gerber DE, McGuire SL. Teaching students about nursing and the environment: part 1 -. nursing role and basic curricula. J. Community Health Nurs 1999; 16:69-79.
- (17) Gerber DE, McGuire SL. Teaching students about nursing and the environment: part 2 - legislation and resources. J. Community Health Nurs 1999; 16:81-94.
- (18) Enfermeria ecologica? Enfermeria 1992; 26:14-6.

- (19) Garman C. The nurse and the environment: how one group thinks globally and acts locally. *Holist Nurs Pract* 1995; 9:58-65.
- (20) Cox M, Rhett C, Gudmundsen A. Environmental protection through waste management. implications for staff development. *J Nurs Staff Dev* 1997; 13:67-72.
- (21) Smith L.H. Additional tips from members. Promoting environmentally responsible health care. *Oncol Nurs Forum* 1998; 25:1311-2.
- (22) Phillips L. Chattanooga creek: case study of the public health nursing role in environmental health. *Public Health Nurs* 1995; 12:335-40.
- (23) Edmondson ME, Williamson GC. Environmental health education for health professionals and communities. Using a train the trainer approach. *AAOHN J* 1998; 46:14-9.
- (24) Rogers B, Cox AR. Integrating environmental health in occupational health nursing. *AAOHN J* 1998; 46:9-13.
- (25) Westphal K, Byhahn C, Strouhal U, Wilke HJ, Lischke V, Behne M. Exposure of recovery room personnel to inhalation anesthetics. *Anaesthesiol Reanim* 1998; 23:157-60.
- (26) Wilburn S. Is the air in your hospital making you sick? *Am J Nurs* 1999; 99:71.
- (27) Consejo Internacional de Enfermeras. La enfermera y el medio ambiente. *Enfermería* 1990; 25:30-1.
- (28) Kleffel D. Environmental paradigms: moving toward and ecocentric perspective. *ANS Adv Nurs Sci* 1996; 18:1-10.
- (29) Emden C. Environmental ways forward in a postmodern (nursing) world. *Contemp Nurse* 1996; 5:80-4.
- (30) Avery A. Eco-wellness nursing: getting serious about innovation and change. *Nurs Inquiry* 1996; 3:67-73.
- (31) Takayanagui AMM. Consciência ecológica e os resíduos de serviços de saúde. *Rev Lat Am Enferm* 1993; 2:93-6.
- (32) Takayanagui AMM. Trabalhadores de saúde e meio ambiente: ação educativa do enfermeiro na conscientização para gerenciamento de resíduos sólidos. [tese] Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP; 1993.
- (33) Chaves LC. Aspectos pessoais, sociais e ambientais envolvidos na manipulação de resíduos sólidos de serviços de saúde pela equipe de enfermagem. [dissertação] São Paulo (SP): Universidade Mackenzie; 1997.
- (34) Chiesa AM. A equidade como princípio norteador da identificação de necessidades relativas ao controle dos agravos respiratórios na infância. [tese] São Paulo (SP): Faculdade de Saúde Pública USP; 1999.
- (35) Paim RNC. Teoria sistêmico-ecológica: uma visão holística da enfermagem. s.l., Cel; 1998.
- (36) Fonseca RMGS, Forcella HT, Bertolozzi MR, Cianciarullo TI, Barbieri M, Matheus MCC et al. Historicidade dos Congressos Brasileiros de Enfermagem. In: Anais do 48º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 1996; out 6-11; São Paulo. São Paulo: ABEn; 1997. p.79-96.
- (37) Anais do 46º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 1994 out 30-nov 4; Porto Alegre. Porto Alegre: ABEn- RS; 1996.
- (38) Gonçalves SFA. Pesquisando o conhecimento dos profissionais de saúde sobre os resíduos dos serviços de saúde. In: Resumos do 50º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 1998 set 20-25; Salvador. Salvador: ABEn-Seção Bahia; 1998. p. 271.
- (39) Martins EP. Os riscos à saúde com o reaproveitamento inadequado do lixo, pela comunidade Vila Nova (RJ). In: Resumos do 50º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 1998 set 20-25; Salvador. Salvador: ABEn-Seção Bahia; 1998. p. 268.
- (40) Nascimento FC, Almeida MI. Riscos ocupacionais dos horticultores expostos aos praguicidas organofosforados. In: Resumos do 50º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 1998 set 20-25; Salvador. Salvador: ABEn-Seção Bahia; 1998. p. 259.
- (41) Gazzinelli MF, Lopes A, Pereira WR, Gazzinelli A. Educação, saúde e gestão ambiental em zona rural de Minas Gerais. In: Resumos do 50º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 1998 set 20-25; Salvador. Salvador: ABEn-Seção Bahia; 1998. p. 85.
- (42) Teixeira E. O cuidar e a natureza em textos de história da saúde humana: da sociodiversidade à diversidade do cuidar. In: Resumos do 50º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 1998 set 20-25; Salvador. Salvador: ABEn-Seção Bahia; 1998. p. 28.
- (43) Michielin TL. Programa de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde: ferramenta para o trabalho do enfermeiro no cuidado da saúde e meio ambiente. In: Resumos dos trabalhos de tema livre do 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem e 10º Congresso Panamericano de Enfermeria; 1999 out 2-7; Florianópolis. Florianópolis: ABEn-SC; 1999. p. 161.
- (44) Eickhoff ML. Resíduos dos serviços de saúde: estudo de caso dos consultórios odontológicos de Ijuí. In: Resumos dos trabalhos de tema livre do 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem e 10º Congresso Panamericano de Enfermeria; 1999 out 2-7; Florianópolis. Florianópolis: ABEn-SC; 1999. p. 311.
- (45) Gonçalves MJF. Urbanização e saúde. In: Resumos dos trabalhos de tema livre do 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem e 10º Congresso Panamericano de Enfermeria; 1999 out 2-7; Florianópolis. Florianópolis: ABEn-SC; 1999. p. 293.
- (46) Wit RR. Exposição a agrotóxicos organoclorados em Capela de Santana: um problema de saúde pública? In: Resumos dos trabalhos de tema livre do 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem e 10º Congresso Panamericano de Enfermeria; 1999 out 2-7; Florianópolis. Florianópolis: ABEn-SC; 1999. p. 306.
- (47) Labigalini ACE. A saúde ambiental de um dado território. In: Resumos dos trabalhos de tema livre do 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem e 10º Congresso Panamericano de Enfermeria; 1999 out 2-7; Florianópolis. Florianópolis: ABEn-SC; 1999. p. 316.
- (48) Tonolli EAS. A ascensão do pensamento sistêmico na enfermagem - contribuição da ecologia profunda. In: Resumos dos trabalhos de tema livre do 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem e 10º Congresso Panamericano de Enfermeria; 1999 out 2-7; Florianópolis. Florianópolis: ABEn-SC; 1999. p. 246.
- (49) Ribeiro MCS, Bertolozzi MR. A enfermagem e a questão ambiental: proposta de um modelo teórico para o exercício profissional. In: Resumos dos trabalhos de tema livre do 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem e 10º Congresso Panamericano de Enfermeria; 1999 out 2-7; Florianópolis. Florianópolis: ABEn-SC; 1999. p. 52.

Artigo recebido em 16/07/01

Artigo aprovado em 17/01/03